

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.262 - PR (2019/0355203-4)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : JOÃO HENRIQUE FRANÇA PEDRO (PRESO)
ADVOGADO : ELVISLEY EMIDIO DO PRADO - PR098032
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por JOÃO HENRIQUE FRANÇA PEDRO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (HC n. 0051703-85.2019.8.16.0000).

Segundo consta dos autos, o recorrente foi preso em flagrante no dia 1/10/2019 (prisão convertida em preventiva) e foi denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 157, inciso II, e §2º-A, inciso I, do Código Penal.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus*, na Corte estadual, questionando os requisitos da prisão preventiva e a fundamentação do decreto construtivo.

O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 97):

EMENTA - HABEAS CORPUS - CRIME DE ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE PESSOAS E EMPREGO DE ARMA DE FOGO - ARTIGO 157, §2º, INCISO II, E §2º-A, INCISO I, DO CÓDIGO PENAL - DECISÃO QUE DETERMINOU A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA, ESPECIFICANDO OS REQUISITOS DO FUMUS COMISSI DELICTI E DO PERICULUM LIBERTATIS - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA QUE SE MOSTRA REQUISITO SUFICIENTE PARA A MANUTENÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR - PERICULOSIDADE CONCRETA DO AGENTE - MODUS OPERANDI EMPREGADO - OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO QUE NÃO SE MOSTRAM ADEQUADAS NO CASO - CONDIÇÕES PESSOAIS DO PACIENTE DEMONSTRADAS DE FORMA INSUFICIENTE PARA AFASTAR A PRISÃO CAUTELAR QUANDO PREVISTOS OS REQUISITOS LEGAIS QUE

INDICAM SUA NECESSIDADE - AUSENTE O CONSTRANGIMENTO ILEGAL, DENEGA-SE A ORDEM PRETENDIDA.

Na presente oportunidade, a defesa sublinha que o decreto construtivo do recorrente não apresenta fundamentação idônea e que os requisitos previstos no art. 312 do CPP não são visualizados.

Expõe que o autuado é primário, tem 18 anos, possui residência fixa e é detentor de circunstâncias favoráveis, podendo responder ao julgamento do processo em liberdade.

Aduz, ainda, não haverem indícios suficientes de autoria e materialidade.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a expedição do alvará de soltura do paciente ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas.

É o relatório, **decido**.

O presente recurso é mera reiteração do RHC n. 121.108/PR, também de minha relatoria (possui as mesmas partes, o mesmo fundamento e idêntico objeto e foi interposto contra o mesmo ato coator), cuja liminar foi **indeferida**.

Nesse sentido:

PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. IDÊNTICA MATÉRIA JÁ ANALISADA E DECIDIDA EM ARESP ANTERIOR. REITERAÇÃO DE PEDIDOS. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. É inviável o conhecimento de habeas corpus quando a pretensão já foi objeto de análise por esta Corte Superior em sede de Agravo em Recurso Especial, julgado anteriormente. Precedentes.

2. Diante do não conhecimento do habeas corpus, é também inviável a apreciação das idênticas razões levantadas por meio

do agravo regimental.

3. *Embargos de declaração rejeitados.* (EDcl no AgRg no HC 532.973/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 10/10/2019, DJe 15/10/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. MERA REITERAÇÃO DE PEDIDO. ILEGALIDADE EMANADA DO V. ACÓRDÃO IMPUGNADO AFASTADA POR ESTA CORTE SUPERIOR NO JULGAMENTO DO HABEAS CORPUS N. 410.923/SP. INEXISTÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS APTOS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - É assente nesta Corte Superior de Justiça que o agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r. decisão vergastada pelos próprios fundamentos.

II - O presente habeas corpus é mera reiteração de pedido, uma vez que a suposta ilegalidade emanada do v. acórdão proferido na apelação n. 0002012-66.2014.8.26.0302 já foi afastada por esta Corte Superior no Habeas Corpus n. 410.923/SP, que não foi conhecido, conforme decisão publicada em 13/11/2017.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 507.438/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 14/10/2019)

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XVIII, *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço** do presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator